

Conheça 18 verbetes sobre feminismo negro e movimento de mulheres negras

Notícias

Postado em: 23/07/2021 15:20

Neste Julho das Pretas, o Catarinas prepara produções especiais para celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em 25 de julho. Na data também é comemorado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, que integra o calendário oficial desde a Lei nº 12.987/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Você já ouviu falar em amefricanidade, mulherismo ou dororidade? Apresentamos a definição desses e outros verbetes que abarcam e conceituam o feminismo negro ou o movimento de mulheres negras. Os verbetes foram elaborados a partir das referências consideradas pontos de partida para a compreensão das temáticas de gênero, raça e dos pensamentos feministas negros e mulheristas. Parte dos conceitos foi extraída do Glossário Feminista, que encartou três edições da revista Valente do Sinjusc (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina), produzido pelo Catarinas. A outra parte foi atualizada pela pesquisadora e conselheira editorial do Catarinas, Cauane Maia, em referência ao 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Há 29 anos, em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, ocorreu o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, e com ele a criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Na mesma ocasião foi definido o 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, a Lei nº 12.987/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, instituiu a mesma data como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Tereza de Benguela foi a rainha Tereza do Quariterê. Africana escravizada, comandou o quilombo de Quariterê após a morte do seu companheiro. É possível que tenha chegado às áreas de mineração por volta de 1730. Em 1748 já há registros do quilombo de Quariterê e sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho e a população (79 negros e 30 índios), morta ou aprisionada. “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. A afirmação da escritora Conceição Evaristo refere-se ao neologismo escrevivência: o ato de escrever as vivências da população negra. “A escrevivência traz as experiências e vivências das pessoas negras, onde a concepção da escrita surge da sua condição de ser e estar no mundo”, diz trecho do glossário. Sabemos que qualquer definição não se esgota quando da sua formulação, estando sempre aberta para novas possibilidades de reflexão. A definição dos verbetes, muitos deles propostas conceituais densas, visa a apresentar resumidamente alguns elementos que compõem a discussão atual sobre as temáticas. 1 – Afrocentricidade Molefi Kete Asante definiu a afrocentricidade como um tipo de pensamento, perspectiva e prática que compreende os africanos como sujeitos agentes de fenômenos, incidindo sobre sua própria imagem cultural e conforme seus próprios interesses. A afrocentricidade é compreendida por Asante como uma questão de localização, uma vez que os africanos vêm atuando às margens da experiência eurocêntrica. 2 – Afrosurto Aza Ndjeri traz para o debate acadêmico o conceito do afrosurto, vocábulo que a autora afirma ter se deparado nos debates das redes sociais e internet, mas que a mesma aprofunda-se

em seu sentido categorizando-o filosoficamente. Para a autora, refere-se ao estado de ódio pelo Ocidente, oriundo do processo de tomada de consciência racial, sendo necessário extravasar essa angústia tanto pela rejeição violenta à branquitude e tudo o que ela representa, quanto pelas manifestações em redes sociais, encampando a ilusão de se fazer ouvir. O afrosurto sinaliza um estado de ódio à hegemonia devido à lucidez das dinâmicas raciais limitadoras.

3 – Amefricanidade
Categoria cunhada pela brasileira Lélia Gonzalez destaca o esquecimento da influência negra na formação histórico-cultural do continente americano. Ao analisar a obra de Lélia, Claudia Pons Cardoso afirma que a amefricanidade, mais do que tratar da escravização enquanto uma experiência comum no continente, assim como a dominação e a colonialidade, centraliza a resistência na valorização e no resgate de saberes produzidos por mulheres negras e indígenas na direção da descolonização das produções acadêmicas e intelectuais, inclusive das feministas. Lélia dilapida o conceito de amefricanidade a partir de diferenças dessa “América Africana”, que aqui se construiu a partir da resistência e ressignificação de práticas e vivências localizadas, não no impulso de resgatar algo de um passado longínquo ou as “sobrevivências de culturas africanas”. Ao costurar o português com elementos linguísticos africanos, ela critica os preconceitos linguísticos e o racismo contido nessas hierarquias. Assim, ela destaca a importância negra na formação histórico-cultural de diversos países, principalmente do Brasil.

4 – Branquitude
Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga e diretora do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), nomeia-se como branquitude traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento. Para a autora, no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado um “problema do negro” que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco. Nesse processo, o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo de inveja e desejo dos outros grupos raciais não brancos. Porém, quando se estuda o branqueamento constata-se que o mesmo foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira.

5- Dororidade
O conceito nasce de uma crítica à ideia de sororidade, termo que em latim significa irmã. Vilma Piedade, em livro sobre o tema, aborda a dororidade a partir da localização da mulher negra, considerando que a sororidade não basta, pois foi pensada dentro de um projeto feminista construído para a mulher branca, de classe média, ocidental e instruída. Para ela, a unidade e a irmandade, muitas vezes, acontecem pela dor, a dor da violência sofrida pelas mulheres negras cotidianamente. A dor física, moral, patrimonial e emocional construída pelo machismo, pelo racismo, pela classe e silenciada. Para a autora, a sororidade está contida dentro da dororidade, mas nem sempre o contrário acontece. Assim, ao não se sentir incluída totalmente no termo caro ao feminismo, Vilma constrói um novo conceito a partir de um lugar de pertencimento, que também é o lugar de suas ancestrais e marcado pela ausência histórica.

6 – Empoderamento
É um instrumento de luta social, teórico e prático, não somente individual, mas também coletivo, que objetiva fazer com que as minorias sociais saiam do lugar de subalternidade, segundo a definição da feminista interseccional negra Joice Berth. O conceito apresenta uma longa trajetória de pensamento, tendo sido acionado primeiramente por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização acadêmica, com a articulação das perspectivas feministas às reflexões de pensadores da educação, como Paulo Freire. Segundo Joice Berth, o sentido de poder contido no conceito parte de um sentido coletivo e não uma virada de chave em que ao entrar na estrutura de poder será assumido o mesmo lugar que antes era criticado, reproduzindo os padrões que geram desigualdade. Assim, existe um processo no qual o indivíduo se empodera ao se conscientizar do seu papel dentro da sociedade e das práticas de opressão a que está sujeito e atua para que a comunidade em que está inserido também tenha essa consciência e coletivamente proponham caminhos para a superação da desigualdade. Segundo a pesquisadora Cecília Sardenberg, o termo empoderamento para as feministas latinoamericanas adquire sentido especial ao tomar como objetivo maior do empoderamento das mulheres o questionamento, a desestabilização e o fim da ordem patriarcal que sustenta a opressão

de gênero. 7 – Epistemicídio Originalmente, o termo surge através das contribuições do Boaventura Souza Santos, mas é na pesquisa de Sueli Carneiro que o epistemicídio ganha outros contornos para pensar o contexto da diáspora. Para a autora, além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural, através da negação de acesso à educação, pela produção da inferiorização cultural, pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação durante o processo educativo. Sueli Carneiro aponta ainda que não é possível desqualificar as formas de conhecimento de um determinado povo sem desqualificá-los também, por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender. 8 – Escrivivência O neologismo escrevivência, refere-se ao ato de escrever as vivências da população negra, e foi cunhado pela escritora Conceição Evaristo. Em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, uma ação que busca desfazer as imagens do passado. A escrevivência traz as experiências e vivências das pessoas negras, onde a concepção da escrita surge da sua condição de ser e estar no mundo. Na escrita das mulheres negras, as vivências e trajetórias assumem um caráter político-pessoal engajado capaz de pautar as suas demandas. Como afirma Evaristo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos.” 9 – Feminismo decolonial A subversão do processo de dominação colonial europeia, a partir de movimentos sucessivos de independência e que levaram ao surgimento dos Estados Unidos e das repúblicas latino-americanas e, posteriormente, importantes regiões do continente africano e da Ásia, do Pacífico e o Caribe, fez emergir o conceito amplo de descolonização (CURIÉL, 2010). A reflexão sobre o deixar de ser colônia resultou em uma gama de conhecimentos como os Estudos Culturais, os pós-coloniais e subalternos. Já a face latino-americana da dominação colonial e a identificação de que este sistema continua atuando fortemente na região têm entre as suas principais pensadoras a argentina Maria Lugones, que teceu o conceito da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014), crucial para o movimento que chamamos de feminismo decolonial. O feminismo decolonial considera a existência de uma matriz de dominação que reflete na imbricação dos sistemas de dominação, como o capitalismo, o heteropatriarcado, o racismo e o sexismo. A partir do feminismo, a dominação histórica da Europa sobre outros povos e suas consequências políticas e econômicas passa a ser tratada também a partir dos impactos no imaginário social, mas principalmente sob o prisma cultural e suas implicações políticas na dominação de sujeitos a partir da modernidade ocidental, os processos de racialização e sexualização das relações sociais, a imposição de uma sexualidade obrigatória – a heterossexual – e da legitimação do pensamento único, na tentativa de apagar epistemologias diversas em detrimento da epistemologia eurocêntrica. Os movimentos de resistência à imposição colonial são alguns dos enfoques principais desta perspectiva. 10 – Feminismo Negro Movimento social protagonizado por mulheres negras tem como objetivo trazer para o debate e dar visibilidade às pautas dos direitos das mulheres negras. Surge no Brasil na década de 1970, a partir da forte reivindicação das mulheres negras sobre as diferenças enfrentadas por elas e em questionamento e tensionamento à hegemonia das mulheres brancas nas lutas feministas. Patrícia Hill Collins considera que utilizar o termo feminismo negro desestabiliza o racismo no interior do próprio feminismo, apresentando-o como uma ideologia e movimento político branco. Dessa forma, desafia a brancura presumida do feminismo e lembra as mulheres brancas que elas não são as únicas e nem “a norma” feminista. Mas, segundo Hill Collins, várias dificuldades acompanham o uso do termo “feminismo negro”. Um deles envolve o problema de equilibrar as preocupações genuínas de mulheres negras contra as pressões contínuas para absorver e reformular tais interesses no âmbito das estruturas feministas brancas. 11 – Interseccionalidade O conceito formulado pela advogada norte-americana Kimberlé Crenshaw, parte do reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, no âmbito internacional,

do mesmo modo como a discriminação racial é condenada como uma violação de direitos humanos. Entretanto, a questão do racismo articulado ao gênero não era tratada de uma forma específica, sendo necessário que se compreendesse que “homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 9). O que a teórica nos traz é a compreensão de que as estruturas de raça e de gênero, de forma combinada, colocam as mulheres negras em situação maior de vulnerabilidade. São grupos específicos, em que existe a articulação de certos marcadores sociais, como classe, sexualidade, etc., que estão susceptíveis a maiores discriminações e violência. Pensar na diferença dentro da diferença é levar em consideração que a vida das mulheres é marcada não apenas pelo gênero, mas pela raça, sexualidade, classe, geração e etnia.

12 – Lugar de Fala Os questionamentos sobre as possibilidades, espaços e autoridade de fala são centrais ao pensamento feminista, principalmente nas experiências encontradas no feminismo negro, lésbico e de mulheres do Sul global. Tensionar a autoridade de enunciação e a capacidade de escuta enquanto grupo com experiências específicas faz parte deste projeto. Segundo Djamila Ribeiro (2017), existe um regime de autorização discursiva que historicamente invisibilizou e ainda invisibiliza certas vozes. Enquanto um conceito, o lugar de fala refere-se também ao reconhecimento de que as pessoas brancas, consideradas historicamente como sujeitos universais, também falam de algum lugar e que esse lugar ocupado é de privilégio e de poder, fruto da opressão histórica de outros grupos. A localização social nas relações de poder é, segundo Ribeiro (2017), a questão central. O lugar de fala direcionaria para uma ruptura na dicotomia moderna do sujeito/objeto do conhecimento a partir da ideia de não se falar pelo oprimido, que seria a continuação do processo histórico de silenciamento, mas falar de/sobre aquela causa, se colocando enquanto sujeito que, apesar de ocupar uma localização social distinta, também luta pelo mesmo objetivo, mas sem ter as experiências cotidianas dessa exclusão e opressão. Atuar na emergência de vozes historicamente silenciadas e interrompidas, propiciando uma multiplicidade de vozes, é a proposta do reconhecimento do lugar de fala.

13 – Mulherismo Patrícia Hill Collins analisou em artigo as várias definições para o termo mulherismo, presentes na obra de Alice Walker, e os motivos que levaram muitas mulheres negras norte-americanas a preferirem o termo no lugar do feminismo negro. Segundo Hill Collins, Walker situa o mulherismo na história concreta da opressão racial e de gênero de mulheres negras, e propõe que esta história concreta em sua especificidade leva à promoção de uma visão de mundo acessível principalmente, ou até exclusivamente, às mulheres negras. Pressupõe, então, uma diferença ao feminismo decorrente das diferentes experiências históricas de mulheres negras e brancas com o racismo. O Mulherismo, segundo Hill Collins, a partir da proposição de algumas autoras, fornece uma maneira para que as mulheres negras abordem a opressão de gênero, sem excluir os homens negros, uma das principais críticas que são tecidas ao feminismo. Já o mulherismo africano, de acordo com a filósofa Katiuscia Ribeiro, é uma preposição política emancipatória pensada por Clenora Hudson, que, ao pesquisar o lugar participativo das mulheres africanas na História, identificou nelas o lugar de poder, sabedoria, ensinamentos e luta, de quem sempre esteve à frente da agência de seu povo.

14 – Oralitura Termo elaborado por Leda Martins para descrever o corpo, gestos e performances enquanto letra e rasura de linguagem, subvertendo a lógica ocidental que só reconhece a escrita enquanto registro de memória e transmissão de conhecimento. Para a autora, a oralitura não remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais de tradição verbal, mas especificamente, ao que em sua performance indica a presença de um traço residual, estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte, inscrito na grafia do corpo em movimento e na vocalidade. Esse traço cinético inscreve saberes, valores, conceitos, visões de mundo e estilos.

15 – Pacto narcísico É um termo elaborado por Maria Aparecida Silva Bento que se refere às alianças estabelecidas por pessoas brancas com outras pessoas do mesmo grupo étnico-racial, considerando que a imagem que se tem de si próprio encontra-se vinculada à imagem que se tem do seu grupo de pertença. Assim, há uma aliança pactuada entre a branquitude

que acaba por excluir as pessoas que não fazem parte ou que se diferem dessa coletividade. 16 – Pretuguês O pretuguês, termo cunhado por Lélia Gonzalez, é compreendido como linguagem que, no limite, desloca a concepção do saber e da fala ocidental, compreendendo-o na diáspora como fortemente influenciado pelos descendentes de africanos e povos originários, elaborando uma forma distinta de comunicação. “Ou seja, aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que a marca de africanização do português falado no Brasil (...) O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo” (GONZALEZ, 2018 [1988]). 17 – Quarto de despejo Metáfora utilizada pela escritora Carolina Maria de Jesus, em livro homônimo, onde descreve a favela enquanto “quarto de despejo” das cidades. “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, 2014, p.37). 18 – Racismo Estrutural De acordo com Silvio Almeida, pensar o racismo como estrutural significa não o entender como fenômeno conjuntural, como uma anomalia ou patologia social. A noção de racismo estrutural destaca que o racismo constitui as relações sociais no seu padrão de normalidade, sendo um modo de estrutura social. Ou seja, o racismo é uma forma de normalidade, de normalização, de compreensão das relações, constituindo as ações não só conscientes, como também as inconscientes. Ele aborda três instâncias do racismo estrutural, que são: a econômica, a política e a subjetiva. Isso faz com que o sistema econômico ou político brasileiro, funcionando em sua normalidade, com suas normas, impacte de forma direta na desigualdade enfrentada pela população negra. O racismo estrutural e estruturante das relações sociais e da formação dos sujeitos é detectado também no fato de que, mesmo entre pessoas que são contra essas violências geradas pela desigualdade, não há nenhuma política e reação efetiva para se lutar contra isso. Ou seja, a violência contra pessoas negras é naturalizada. A morte sistemática de jovens negros nas periferias não causa o choque que deveria causar, por exemplo. A ausência de pessoas negras em certos locais, como os postos de maior poder e prestígio, também é naturalizada, sendo outro reflexo do racismo estrutural. Fonte: Portal Catarinas